



## A tortura como fio que conduz o corpo noturno do Brasil: reflexões a partir do *Dossiê Globo News* com Carlos Eugênio Paz<sup>1</sup>

Lucas Guimarães RESENDE<sup>2</sup>

Phellipy JÁCOME<sup>3</sup>

### Resumo:

A partir do programa *Dossiê Globo News* com Carlos Eugênio Paz, de 2012, este trabalho pretende pensar nas relações entre tortura e Estado brasileiro, considerando o papel de práticas jornalísticas em tensionar, ou não, essa discussão. A entrevista do jornalista Geneton Moraes Neto com o guerrilheiro Paz emerge como ponto de discussão e de disputa do Brasil em seu passado de uma ditadura civil-militar, de uma relação direta desse passado com o presente do século XXI, e dos vislumbres de futuro que poderiam ser construídos com percepções e políticas sobre o tempo. Mobilizando o conceito de corpo noturno da democracia, de Mbembe (2017), aponta-se, então, a tortura como o fio de um Brasil noturno que continua a existir, mesmo com a tentativa de escondê-lo e de asfixiá-lo em um passado que se pensa ter rompido.

**Palavras-chave:** história do Jornalismo; ditadura civil-militar brasileira; tortura; guerrilha; nação.

## Torture as a thread that guides Brazil's nocturnal body: reflections from *Dossiê Globo News* with Carlos Eugênio Paz

### Abstract:

Based on the show *Dossiê Globo News* with Carlos Eugênio Paz, from 2012, this work intends to think about the relations between torture and the Brazilian State, considering the role of journalistic practices in tensioning, or not, this discussion. The interview by journalist Geneton Moraes Neto with Paz emerges as a point of discussion and of dispute for Brazil in its past of a civil-military dictatorship, of a direct relationship between this past and the present of the 21st century, and of the glimpses of the future that could be constructed with perceptions and policies about time. Mobilizing the concept of nocturnal body of democracy, by Mbembe (2017), torture is then pointed out as the thread that continues to exist, even with the attempt to hide it and to asphyxiate it in a past which is thought to have been ruptured.

**Keywords:** history of Journalism; brazilian civil-military dictatorship; torture; guerrilla; nation.

<sup>1</sup> Uma versão prévia deste trabalho foi apresentada no XIV Encontro Nacional de História da Mídia, em 2023, na Universidade Federal Fluminense, graças a financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>2</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCom/UFMG) e membro do Temporona: Coletivo de Ações em Temporalidades e Narrativas. *E-mail:* lcsguimares1@gmail.com

<sup>3</sup> Doutor. Pesquisador Permanente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCom/UFMG) e membro do Temporona: Coletivo de Ações em Temporalidades e Narrativas. *E-mail:* phellipyjacome@gmail.com





## La tortura como hilo que guía el cuerpo nocturno de Brasil: reflexiones desde el *Dossiê Globo News* con Carlos Eugênio Paz

### Resumen:

Basado en el programa *Dossiê Globo News* con Carlos Eugênio Paz, de 2012, este trabajo pretende pensar las relaciones entre la tortura y el Estado brasileño, considerando el papel de las prácticas periodísticas en tensionar, o no, esta discusión. La entrevista del periodista Geneton Moraes Neto con el guerrillero Paz surge como un punto de discusión y de disputa para Brasil y su pasado de dictadura cívico-militar, de una relación directa entre este pasado y el presente del siglo XXI, y de los destellos del futuro que podría construirse con percepciones y políticas sobre el tiempo. Movilizando el concepto de cuerpo nocturno de la democracia, de Mbembe (2017), la tortura es señalada entonces como el hilo conductor de un Brasil que sigue existiendo, incluso con el intento de ocultarlo y de asfixiarlo en un pasado que se piensa como terminado.

**Palabras clave:** historia del Periodismo; dictadura cívico-militar brasileña; tortura; guerrilla; nación.

### Introdução

Este trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla sobre as formas de constituição identitária de Carlos Eugênio Paz em narrativas jornalísticas, testemunhais e autobiográficas, considerando as disputas em relação às designações de “guerrilheiro” e de “terrorista”. Paz foi um dos participantes mais ativos da Ação Libertadora Nacional (ALN), a maior organização de resistência armada à ditadura militar instaurada em 1964. Nascido em 1950, em Alagoas, o jovem, que foi com a família ainda criança para o Rio de Janeiro, ingressou na ALN na adolescência. Em 1967, realizava ações de pequeno porte, como roubo de remédios, de equipamentos e de placas de carro. Em 1968, entrou definitivamente na luta armada e, mesmo após a transição democrática, continuou sendo personagem controverso, ora reivindicado como o guerrilheiro que sobreviveu às várias investidas do regime de exceção, ora como o “terrorista” que cometeu crimes até mesmo contra companheiros de organização.

Neste artigo em específico, propomos analisar o programa *Dossiê Globo News* em sua entrevista com Paz, em 2012. Conduzida pelo jornalista Geneton Moraes Neto, a conversa editada em cerca de 50 minutos coloca-se como arena direta de embate entre o ex-integrante da luta armada e alguém de notório reconhecimento na imprensa hegemônica. O programa é produzido em meio à “reabertura” dos porões da ditadura civil-militar brasileira, com trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em andamento naquele mesmo ano. Procuramos,



assim, investigar um dos temas de grande relevância à época: a tortura praticada pelo Estado brasileiro entre as décadas 1964-1985. Afinal, a CNV (Brasil, 2014, p. 15) entregou ao país um relatório fruto de trabalhos iniciados em 2012 e que pretendiam “examinar e esclarecer o quadro de graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”. Nesse relatório, fica evidente, sobretudo nos capítulos 9 e 11, que a prática de tortura era sistemática, perene e adotada pelo Exército brasileiro durante sua usurpação do controle do país, tendo como foco seus “inimigos políticos”. É importante salientar que, como veremos, ainda que a ditadura civil-militar possa ser considerada um regime de “exceção”, infelizmente, a tortura foi uma prática prévia e contínua, sendo um método empregado pelas forças de segurança nacional.

### **A ditadura de guerra e a guerrilha de Paz**

Em um mundo de erupção em disputas diretas e indiretas entre dois modelos de sociedade – o capitalismo estadunidense e o bloco socialista da União Soviética –, o Brasil da década de 1960 viveu ativamente os meandros da Guerra Fria. Com a renúncia do presidente Jânio Quadros em 1961, assumiu o governo brasileiro – apesar das já movimentações golpistas – o seu vice, João Goulart (Jango), um trabalhista com forte inspiração getulista. Mesmo que nem comunista fosse, Goulart era acusado de tal nome impronunciável no lado ocidental e experenciou *um barril de pólvora* nos seus quase três anos de governo. Em uma posse negociada, o Brasil viveu de setembro de 1961 a janeiro de 1963 sob a Presidência de Goulart, mas em um governo parlamentarista. O antigo vice de Jânio só recuperou os plenos poderes por meio de um plebiscito em que o presidencialismo saiu vitorioso e deu-se início a uma nova etapa de seu governo (Napolitano, 2014).

A tensão política no Brasil crescia naquele contexto, principalmente por conta das “reformas de base” defendidas pela Presidência, nomeadas como “reforma agrária, bancária, eleitoral, tributária, sem falar na regulamentação da remessa de lucros das multinacionais para suas matrizes” (Napolitano, 2014, p. 34). Se, na maior parte de seu mandato, Goulart não contou com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o presidente tentou radicalizar em meio à pressão que a direita causava, acercando-se aos comunistas e aos movimentos sociais. Essa aproximação foi uma manobra de Goulart que, segundo Napolitano (2014, p. 41), “ao perder

suas batalhas institucionais, passou a se aproximar taticamente da pressão popular, como tentativa de acumular moeda de troca para futuras negociações com o Poder Legislativo”.

O que foi visto como uma “radicalização” não funcionou como trunfo em negociações no Congresso. Ao contrário, as movimentações da direita intensificaram-se em março de 1964, ocasionando o golpe civil-militar, que começara na noite do dia 31 de março e seria finalizado em 1º de abril (Gaspari, 2002a, p. 94-96). Goulart era acusado de ser dominado por um “ostensivo conluio com notórios elementos comunistas” e de ter “caído em flagrante ilegalidade”, conforme explicitado no Manifesto dos Generais da Guanabara (Gaspari, 2020a, p. 60). O Supremo Tribunal Federal avalizou a decisão tomada em sessão conjunta da Câmara de Deputados e do Senado, que, ainda na madrugada do dia 2 de abril, reuniram-se para declarar vacância no cargo da Presidência da República (ainda que João Goulart estivesse em território nacional). Essa decisão só foi revista em 21 de novembro de 2013 (Brasil, 2013).

Sob o regime ditatorial, foram 21 anos, com cinco presidentes militares eleitos de forma indireta, por escolhas das Forças Armadas. Para Gaspari (2002a, p. 130), entre “aberturas” e “endurecimentos”, “o melhor termômetro da situação do país foi a medida da prática da tortura pelo Estado”. A ditadura, todavia, não foi um conchavo somente militar. No movimento que culminou no golpe de 1964 e também durante os *anos de chumbo*, esferas civis da sociedade tiveram papel fundamental no processo de legitimação do regime, como o empresariado – com notoriedade aos proprietários de mídia – e setores da Igreja Católica (Ribeiro; Bertol, 2021).

O jornal *O Globo*, na figura de seu mandatário na época, Roberto Marinho, foi um dos principais veículos de imprensa a apoiar publicamente o golpe, inclusive explicitamente na forma de um editorial publicado na capa no dia 2 de abril (outros grandes jornais e revistas brasileiros como *O Estado de S. Paulo*, *a Folha de S. Paulo*, *o Jornal do Brasil* e *O Cruzeiro* apoiaram abertamente a destituição do governo democraticamente eleito e a tomada do poder pelos militares). Na ocasião, o jornal enaltecia as Forças Armadas por “proteger a pátria”, salvando-a da “comunicação que celeremente se preparava”, “sem maiores sofrimentos e luta” (Franzoni; Reginato, 2014, p. 71). No editorial, *O Globo* (2 abr. 1964a, p. 1) argumentou que a democracia ressurgia no país pelo “heroísmo” dos militares e defendeu o incêndio no prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE) como prova da mobilização social contra “agitadores” e “falsos estudantes” (*O Globo*, 2 abr. 1964b, p. 1).

Mesmo antes da instauração do regime ditatorial, é possível perceber nas páginas de *O Globo* uma série de justificativas para o “combate ao comunismo”, inclusive, relacionando-a à tortura. Uma matéria de 18 de fevereiro de 1964 intitulada “Lacerda demite policiais que espancaram comunistas”, por exemplo, começa com a afirmação “embora com a ressalva de que não houve as torturas alegadas na denúncia” e dá amplo destaque a um despacho do então governador da Guanabara, Carlos Lacerda (notório apoiador da ruptura institucional), republicando vários trechos. Na sequência, o subtítulo “Não houve tortura” é contraditório, ao afirmar que as alegações de tortura não se aplicavam, mas que houve “espancamento por palmatória”, e ao ressaltar a dificuldade em se traçar uma “fronteira exata” e os “limites” entre o “requite no espancamento” e a “degradante batida de palmatória nas mãos”. Finaliza a publicação do despacho se perguntando o que comunistas (tachados como “traidores da pátria”), se tivessem oportunidade, teriam feito com os policiais, e declarando que, em seu governo, “preso não apanha”. A palavra “tortura” aparecerá em *O Globo* algumas vezes ao longo de 1964, pós-golpe. Em muitas delas (Figura 1), há uma preocupação em desmentir tais denúncias, quase sempre a partir de fontes do próprio Exército e do Estado-Maior da Armada:

Figura 1 – *O Globo* e denúncias de tortura

**O Exército Divulga Desmentido de um Advogado a Denúncia de Torturas Que Lhe Foi Atribuída**

16/10/1964

**O Gen. Geisel Desmente Sevícias em Presos Depois de Visitar Fernando de Noronha**

17/09/1964

**A Cruz Vermelha Testemunha Que os Chineses Presos Não Sofreram Nenhuma Violência**

O Senador Vivaldo Lima e o General Benjamin Gonçalves, respectivamente presidente e secretário-geral da Cruz Vermelha Brasileira, dirigiram-se ao Gabinete Militar da Presidência da República, afirmando não terem constatado quaisquer sinais de violência ou de tortura física nos nove chineses presos no quartel do PE. Os dirigentes do CVB, que são médicos, acrescentam que mesmo nos prisioneiros que alegam terem sido queimados com pontas de cigarro não encontraram vestígio algum de ferimentos (TEXTOS NA TERCEIRA PÁGINA)

24/04/1964

**FONTES DO EMA DESMENTEM TORTURAS A PRISIONEIRO**

FONTES do Estado-Maior da Armada afirmaram que não têm o menor fundamento às notícias, esboçadas em alguns jornais, de que estariam sendo aplicadas torturas a oito presos que respondem a Inquérito Policial Militar e que estão no Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). Asseguraram aquelas fontes que os referidos presos estão sendo tratados de acordo com a lei e que estão no CENIMAR à disposição dos encarregados das IEMs a que respondem. O automóvel de um dos presos, o cabo Reinaldo Di Benedetto, está recolhido ao posto de estacionamento do Ministério da Marinha, aguardando-se que pessoa responsável pelo veículo dê notícia de sua renovação e veículo. Disseram ainda aquelas fontes do EMA que nenhum agente do DPPS foi solicitado para trabalhar em qualquer Inquérito da Marinha, e que os Inquéritos não são acompanhados, de acordo com a lei, por representantes do Ministério Público.

02/09/1964

Fonte: Colagem realizada pelos autores a partir de matérias extraídas de *O Globo*.

Ainda que a ditadura haja recrudescido com os atos institucionais e que fossem várias as evidências de torturas a presos políticos registradas em suas próprias páginas, 20 anos depois, em 1984, no dia 7 de outubro, *O Globo* publicou um novo editorial denominando-o como “Julgamento da Revolução”. Nele, dizia que o regime de 20 anos dispunha de “uma auto-limitação” que o distanciava de “um regime de força”, pois teria “extinguido poderes de exceção”, “anistiado adversários”, e “criado novos quadros partidários” em um cenário de “plena liberdade de imprensa”. Ainda assim, nesse mesmo ano, diversas matérias (Figura 2) publicadas no jornal davam conta da perenidade das práticas de tortura perpetradas por agentes do Estado brasileiro:

Figura 2 – A tortura publicada

<b><i>Advogado denuncia agressão e tortura</i></b>	<b>Hosmany diz que confessou sob ameaça de tortura</b>	<b>Acusado diz na Polícia que confessou sob tortura</b>
24/05/1984	01/03/1984	02/02/1984
		<b>Preso de novo servidor que denunciou tortura</b>
		14/10/1984
		<b>Comissão denuncia à ONU violação de direitos humanos em prisões do Rio</b>
		24/03/1984
<b>Suspeito de matar crianças denuncia Polícia: torturas</b>	<b>Tortura de 10 pessoas é apurada em Salvador</b>	<b>Auditoria quer apurar denúncia de tortura</b>
09/02/1984	06/04/1984	18/10/1984

Fonte: Colagem realizada pelos autores a partir de matérias extraídas de *O Globo*.

Somente 49 anos depois do golpe, em 2013, o Grupo Globo se retratou do apoio ao regime de exceção, abrindo uma seção chamada “Memória” em seu *site*, com um texto intitulado “Apoio ao golpe de 64 foi um erro” (*O Globo*, 2013). Ali, afirmou seu compromisso com a democracia como um “valor absoluto” e pontuou o que chamava de “revolução” como “golpe”. Nesse texto, cabe destacar, a palavra “tortura” não é citada.

Na década de 1960, o entendimento dos aliados do governo militar era o de que a ditadura combatia a comunização que poderia destruir o Brasil. O inimigo vermelho pretendia

sequestrar corpos e mentes na propagação das ideias marxistas, e, no seu enfrentamento, não se podiam medir esforços. Esse entendimento fazia parte da Doutrina de Guerra Revolucionária, que foi amplamente estudada pelas Forças Armadas brasileiras durante as décadas de 1950 e 1960, com base na experiência francesa com a Guerra da Indochina e com a Guerra de Independência da Argélia. Importada para o Brasil, a doutrina entendia que esses conflitos eram mais desafiadores por se tratar de “fanatismo ideológico” dos comunistas que estavam do outro lado (Manso, 2020, p. 264). Era uma guerra para se guerrear na prática e nas mentes, também como uma espécie de batalha cultural. Precisar-se-ia, também, de uma unidade entre as forças de segurança, com policiais e militares trabalhando juntos para combater o “inimigo”. Os militares, então, acreditavam “agir em nome da salvação do Brasil”, eram “heróis invisíveis”, “guerreiros de uma batalha inglória” (Manso, 2020, p. 264).

Com a ditadura instaurada, estabelecida e repressiva, não se tardou muito até o momento em que alguns grupos advogassem que a resistência a ela teria que ser armada, já que outras formas de organização foram desestruturadas. Em 1967, a luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira começou a ser arquitetada logisticamente, saindo do papel em 1968. Vários foram os grupos que participaram da guerrilha, por vezes compondo ações em conjunto. O Movimento Revolucionário Oito de Outubro, o MR8; a Vanguarda Popular Revolucionária, a VPR; e a Ação Libertadora Nacional, a ALN, foram alguns que tiveram maior relevância e duração. A ALN foi, também, o *grupo do Marighella*, já que fora fundada pelo ex-deputado constituinte e ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro, Carlos Marighella, que buscava romper com o “imobilismo” do *Partidão* perante o golpe. A ALN era vista como a organização mais ativa no combate à ditadura<sup>4</sup>.

Mesmo com a enorme figura que representava Marighella, a ALN era uma organização descentralizada, e a ação fazia a vanguarda. “Ao contrário de partidos cuja estrutura vertical estabelece níveis hierárquicos rígidos, a ALN se organizava horizontalmente, quase sem direções intermediárias, com Marighella encorajando a autonomia da militância” (Magalhães, 2012, p. 425). Em 1969, Carlos Eugênio Paz teve seu treinamento guerrilheiro no Rio de

---

<sup>4</sup> A ALN foi “reconhecida” inclusive internacionalmente. No jornal *The New York Times*, de 16 de agosto de 1969, a organização foi colocada como o grupo “mais bem organizado, o mais ativo e o mais agressivo” da luta armada brasileira. Matéria de Joseph Novitski (16 ago. 1969, p. 2).

Janeiro. Ao invés de ir para Cuba, como outros, o jovem apresentou a proposta para Marighella: servir o Forte de Copacabana e fazer o treinamento antiguerrilha que lá existia. A ideia foi acatada. Paz chegou a ganhar medalha de melhor soldado do Forte (Magalhães, 2012), enquanto, paralelamente, participava de ações pela ALN, em que era conhecido como *Clemente*. Com a morte de Marighella no final de 1969, a de Joaquim Câmara Ferreira – que o sucedeu na ALN – no final de 1970, e a de Carlos Lamarca – que comandava a VPR – em 1971, o sentimento de fim de guerrilha se instaurou, com constantes traições, prisões e assassinatos do lado da cada vez mais enfraquecida luta armada (Martins, 1996).

Paz continuou na guerrilha como importante dirigente da ALN até 1973, quando foi à Cuba e de lá se exilou em Paris, onde se formou músico. Voltou ao Brasil somente em 1981, com a anistia, conseguindo a sua no ano seguinte. A partir da década de 1990, foi mais um dos guerrilheiros a começar a falar. Escreveu os livros *Viagem à luta armada* (1996) e *Nas trilhas da ALN* (1997), e, nas décadas seguintes, deu depoimentos e entrevistas. Uma delas, para o programa *Dossiê Globo News*, em 2012, quando foi convidado pelo jornalista Geneton Moraes Neto.

### **O Dossiê e a tortura apagada**

O *Dossiê Globo News* foi um programa criado em 2010 com quatro temporadas no canal televisivo Globo News, do Grupo Globo, e que consistia em uma entrevista pessoal conduzida pelo jornalista Geneton Moraes Neto, que, no mesmo período, possuía uma página na internet intitulada “Dossiê Geral” (e tinha como *slogan* “o blog das confissões”). O perfil dos convidados era diversificado, com figuras da história política ou da cultura – principalmente – brasileira, como o general Newton Cruz, o general Leônidas Pires Gonçalves, o coronel Jarbas Passarinho e o ex-presidente Fernando Collor de Mello.

A base do programa era a filmagem da entrevista de Geneton sentado em frente ao convidado, perguntando e, por vezes, intervindo. O enquadramento da câmera principal contemplava tanto a pessoa entrevistada quanto o jornalista. Contando com o tempo de comerciais, o programa durava de 30 minutos a uma hora. Geneton, além de responsável pelas



reportagens e pela apresentação, é creditado também como editor do programa. A voz *over*<sup>5</sup>, parte importante de explicações e de contextualizações, era conduzida por Sérgio Chapelin (que aparecia muitas vezes em vídeo, realizando as gravações) (Figura 3).

Figura 3 – Programa *Dossiê Globo News*



Fonte: Frames extraídos do Globoplay

O programa com Carlos Eugênio Paz tem como título, no Globoplay (plataforma de *streaming* do Grupo Globo), “Ex-guerrilheiro da luta armada confessa participação na morte de um companheiro” e contém 25 perguntas de Geneton Moraes Neto – contando as duas feitas a fim de reafirmar e de insistir na pergunta anterior – e 17 contextualizações. Nessas contextualizações, a voz *over* comentava brevemente as ações da guerrilha em três delas; em oito contava a vida de guerrilheiros; a vida de militares ou aliados da ditadura apareceu em três; e as outras três são sobre a vida de Paz.

Ainda que na sinopse no Globoplay haja referência explícita – “Carlos Eugênio Paz, ex-integrante da Aliança Nacional Libertadora, contou que um de seus companheiros acabou expondo os outros a prisão, morte e *tortura*. Ele afirma que executou o seu companheiro com a determinação da ANL” (Paz, 2012) –, das 25 perguntas, em nenhuma a tortura estava presente direta ou indiretamente na enunciação. Uma das possíveis explicações para isso é o fato de Paz nunca ter formalmente vivenciado em seu próprio corpo práticas de tortura por parte das forças de segurança estatais. No entanto, não deixa de convocar atenção a falta de ênfase, evidenciada no silenciamento do tema nas perguntas, que não relacionam práticas de tortura e Estado

<sup>5</sup> *Voz over* é um recurso bastante disseminado em documentários, em que um narrador – sem estar ligado à cena – faz a locução para dar sequência aos fatos demonstrados em vídeo.

brasileiro. Todavia, essa relação é proposta e remarcada em oito momentos diferentes por Carlos Eugênio Paz, em sete das suas 25 respostas. Um desses momentos resulta na única menção da tortura por parte do programa, em forma de contextualização.

Na primeira aparição, Paz fala sobre a tentativa de capturar o general Humberto de Souza Mello, quando o militar foi rendido, mas a ação não teve êxito. Geneton, então, questiona se Paz “não hesitaria nenhum momento em atirar” (Paz, 2012, 9:56). Durante a resposta, o guerrilheiro cita em um momento que o general “estava dirigindo diretamente as torturas que aconteciam no DOI-CODI” (Paz, 2012, 11:09). Na segunda aparição, Geneton pergunta se Paz tinha uma “lista de possíveis sequestráveis” (Paz, 2012, 12:28). Na resposta, depois de dizer nomes que a ALN monitorava, Paz (2012, 13:09) explica que, com as ações de “captura”, queriam “libertar os companheiros presos que estavam sendo torturados”.

O terceiro momento de aparição acontece quando o jornalista diz que Paz participou do “tribunal revolucionário da ALN”, e pergunta se houve “uma sentença que não foi executada” (Paz, 2012, 19:34). Paz responde que não havia formalmente um “tribunal”, que as ações eram decididas pelas direções da ALN, e que não conseguiram “pegar” alguns nomes pretendidos. O guerrilheiro cita, então, o delegado Sérgio Fleury, que era “um grande carrasco da ditadura” e havia torturado pessoalmente a mãe de Paz (Paz, 2012, 19:58). A quarta e quinta aparições da tortura no programa por Paz são a partir da mesma pergunta: “Você matou o empresário Boilesen, que era acusado de financiar a repressão?” (Paz, 2012, 32:34). Paz (2012, 32:40) responde que participou da execução, mas contesta que “não é apenas acusação”, diz que tinha testemunhas de “gente que foi torturada na frente dele”, que “ele assistia as sessões de tortura”, e que “quando ele se retirava da sala da tortura, os torturadores saiam junto com ele, e, quando eles todos voltavam, a linha de interrogatório mudava”.

Ainda nessa resposta, Paz (2012, 34:00) conta dos riscos que vivia, e cita que, em 1974, “pegaram” sua mãe e “ela passou um mês sendo torturada pelo Sérgio Paranhos Fleury”. Nesse momento, o programa recorre à voz *over* sobre a mãe de Paz. Nela, é dito que o guerrilheiro “recrutou a mãe para a guerrilha”, e que ela “terminou presa e torturada em São Paulo para dizer onde o filho estava”, o que não fez (Paz, 2012, 34:50). A sexta aparição de tortura nas respostas de Paz acontece quando Geneton questiona se, “tanto tempo depois”, ele teria “algum sentimento de remorso ou arrependimento” de ter executado Boilesen (Paz, 2012, 35:17). Na

resposta, Paz (2012, 37:44) diz que “todo combatente tem marcas de guerra”, mas que não se arrepende, pois “quando há tirania, há resistência”, e, então, volta a citar as “marcas de guerra”: “minha mãe foi torturada, tive uma irmã torturada, todas aquelas pessoas que iam morrendo, eu ia morrendo também”.

É na sétima resposta em que Paz cita tortura que ele mais fala sobre o tema. O jornalista comenta que Paz disse que “guerra é guerra” e cita que os militares utilizam a mesma frase, questionando se Paz “aceita essa justificativa por parte dos militares” (Paz, 2012, 46:25). O guerrilheiro responde:

No combate, sim. Nunca saí me queixando que atiraram em cima de mim. Combate é combate. Primeiro lugar: o combate deles era um combate de ditadura, eles tomaram o poder em um país que tinha uma constituição das mais democráticas do mundo, de 46. Eles instituíram a violência, nós respondemos. Agora, de qualquer maneira, na hora do combate é combate. Agora, não pode se considerar combate você prender um homem ou uma mulher, levá-lo para dependências do Estado, e de forma covarde e vil torturá-lo, isso não é combate, a tortura não faz parte de nenhum combate. É rejeitado por todas as convenções de guerra. Que Estado é esse que leva um indivíduo, através da dor psicológica e da dor física... é capaz de fazer com que um ser humano dê informações sobre um outro companheiro, sabendo que ele vai passar a mesma coisa que ele está passando? Que crueldade é essa? Que não pode se chamar de combate. Agora, na hora do combate, guerra é guerra (Paz, 2012, 46:38).

A última menção à tortura acontece quando o jornalista traz uma “polêmica sobre atos cometidos durante a ditadura”, em que “uma corrente diz que as ações cometidas por guerrilheiros devem ser igualmente investigadas, não apenas a violência cometida por militares”, e questiona qual a posição de Paz (2012, 48:00). O guerrilheiro explica, então, que tais ações já foram investigadas: “Uma grande parte nossa foi presa, foi torturada, e sob tortura deu informações. Foram julgados e condenados” (Paz, 2012, 49:20).

### **O corpo noturno da democracia: um breve olhar sobre colonialidade e nação**

Uma das primeiras vezes em que a palavra “tortura” aparece em jornais brasileiros se deu em 1810, tanto na *Gazeta do Rio de Janeiro* quanto no *Correio Braziliense: Ou Armazem Literario*, ao se referirem ao campo político na França, em Portugal e na Espanha. A referência interna ao termo se dará com mais perenidade nas discussões sobre a proposta do Projeto de

Constituição, republicada em várias folhas, e que trazia em seu título oitavo, artigo XIX a resolução “Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as penas mais cruéis” (Brasil, 1824, p. 48-49). Esse trecho foi incluído na versão final outorgada por Dom Pedro I, em 25 de março de 1824. No entanto, infelizmente, a abolição da tortura pelo aparato estatal nunca se tornou uma realidade no Brasil (Lara; Silva, 2020). De fato, jornais ao longo do século XIX são testemunhas de várias práticas perpetradas contra pessoas escravizadas (Jácome, 2021) e de uma disputa entre aqueles que defendiam o dispositivo escravocrata e outros que buscavam a abolição.

Deste modo, a tortura, menos do que uma exclusividade do período ditatorial, pode ser remontada à *plantation*<sup>6</sup> e aos porões de navios negreiros e sobrevive ainda hoje nos postes e nos becos, sendo ensinada, herdada e atualizada no Brasil. Com o fim da ditadura, os policiais e militares que estiveram no Brasil na década de 1990, os que estavam na década de 2000 e aqueles de hoje são treinados e formados por uma estrutura similar à que existia na ditadura para instruir seus agentes de segurança (Silva, 2009; Oliveira, 2016). Poucas transformações podem ser diagnosticadas nesse período: “Pega o vagabundo e dá porrada para matar, tapa na cara, chute no peito, choque na língua, choque no pé”, “matarei pela cidade, seja aleijado ou criança, menininho ou mulher”, e “interrogatório é muito fácil de fazer, a gente pega o marginal e bate nele até morrer” são cânticos que foram registrados em vídeos de treinamentos militares, o primeiro, de 2015, em Barbacena (MG) (Oliveira, 2015), e os outros, de 2022, em Recife (PE) (Aguiar, 2022).

É possível enumerar diversos casos de tortura estatal em distintos contextos, que vão desde os processos de escravização e que seguem, ressemantizados, até hoje. Na redemocratização, jovens negros estão muito mais expostos a violência do que outros corpos, como demonstram os dados consolidados do Atlas da Violência (Cerqueira; Bueno; 2023), do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Mesmo com vídeo gravado e repercutido, um policial militar que aparece torturando jovens na Cidade de Deus em 1997 conseguiu logo reverter sua expulsão da corporação e transformar-se em sargento (Manso, 2020). Casos similares, entre

---

<sup>6</sup> Sistema de produção moderno-colonial implantado por nações europeias em invasões àquilo que hoje conhecemos como continente americano. A base dessa estrutura está assentada na exploração, tortura e morte de pessoas não-brancas, notadamente daquelas sequestradas do continente africano (Mbembe, 2017).



outros, são os de quatro funcionários de um supermercado torturando um homem negro por horas no Maranhão, em 2021 (Souza, 2021), ou de policiais da Polícia Rodoviária Federal agredindo até a morte Genivaldo, outro homem negro, em 2022, em Sergipe (Vieira; Alecrim, 2022).

Nesse sentido, entendemos, como Mbembe (2017, p. 38), que há uma “política colonial do terror”, uma ultrapassagem deliberada de um linear de violências e de crueldade que se abate sobre aqueles que outrora eram privados da lei, uma continuidade do terror colonial, uma constante rememoração do que se pode fazer (e sofrer) livremente. Mas, para Mbembe (2017), o regime de *plantation* e o regime de colonização não estão isolados no tempo-espaço, nem sozinhos. Há um terceiro regime que nunca se separa dos dois, o regime da democracia. As democracias detêm um poder de constante invenção e reinvenção de seus passados, de formas e de conceitos. Todavia, “as lógicas mitológicas necessárias ao funcionamento e a sobrevivência das democracias modernas pagam-se com a exteriorização da sua violência originária noutros lugares, os não-lugares, onde a plantação, a colônia ou, hoje em dia, o campo e a prisão são figuras emblemáticas” (Mbembe, 2017, p. 50). As democracias, dessa forma, além de uma ligação fraterna com sua história violenta de fundação e de construção dos Estados-Nacionais, também efetivam e perpetuam tais lógicas interna e externamente a elas.

Por isso, o império colonial e o Estado escravagista foram e são – especialmente a plantação e a prisão –, constituintes do corpo noturno da democracia. Como aponta Mbembe (2017), entende-se por corpo noturno a face que tenta se esconder nas sombras da noite, porém, como o dia não existe sem a noite, e o contrário também se aplica, essas democracias não existem sem seus corpos noturnos, que também as constituem. O colonialismo não foi exterior às democracias do Norte global, não foi sua antítese, mas, sim, sua face noturna. A plantação e a prisão permeiam os corpos na democracia, são formas de controlar e de garantir continuidade ao próprio regime. A prisão constitui a neutralização e o exílio de massas enclausuradas, violadas por serem os “inimigos”. Mbembe (2017, p. 87) menciona a necessidade que as democracias têm dos “inimigos da civilização”: a separação entre amigos e aliados dos inimigos serve, assim, na sua sustentação. Podemos ainda enfatizar que se remenda a liberdade, mesmo que com prisões lotadas, muros, arames e câmeras de constante vigilância, com uma satisfação de negar e de combater esse outro. O corpo noturno da democracia, por meio de seus



dispositivos, produziu e produz morte em larga escala, forja inimigos, desumaniza-os e embebeda o nacionalismo que o legitima. É uma forma de sentir e de agir nos becos da noite, nos gritos do porão e nas grades de ferro.

Entendemos, então, a tortura como fio que conduz o corpo noturno brasileiro, a partir da noção colocada por Mbembe (2017). Sendo assim, a tortura perpassa e ocupa as relações de violência que fundam, formam e seguem no Brasil. Por isso, parece-nos importante analisar a tortura não como uma fratura de um Brasil atrasado e já superado, mas como parte fundante da nossa sociedade. Um ponto importante na violência contemporânea é a “perda progressiva do monopólio da violência por parte do Estado”, mas, concordando com o que coloca Mbembe (2017, p. 61), essa perda é uma “devolução gradual da mesma a uma multiplicidade de instâncias que operam fora ou dentro do Estado”.

Na repressão da própria ditadura civil-militar, já se enxergava essa relação de perda e devolução. Além de militares e policiais juntos no combate às insurgências culturais e armadas ao regime, os “esquadrões da morte”, grupos de extermínio e justicamento formados fora do Estado por policiais, ex-policiais e seguranças, tiveram papel crucial na ditadura, em sua estrutura e mecanismos. O reconhecido torturador delegado Fleury comandava o esquadrão da morte paulista já em 1968, e foi da experiência no grupo de extermínio que o delegado levou aos porões os métodos de tortura usados contra os criminosos comuns, bem como sua própria equipe que também advinha do grupo paulista (Manso, 2020). O êxito na perseguição e no combate à luta armada brasileira (Fleury foi responsável pelo assassinato dos dois líderes da ALN em 1969 e em 1970) representou a consagração do método para o fim que os militares e policiais desejavam, e, para isso, não se mediriam esforços. Fleury não é indicado como delegado torturador-assassino em nenhuma das perguntas de Geneton na entrevista do *Dossiê Globo News*. Já das três vezes que Paz fala sobre as torturas contra sua mãe, nas duas primeiras ele diz o nome do delegado como responsável. Na contextualização do programa, quando se menciona que a mãe de Paz foi torturada, é dito que “terminou presa e torturada”, sem rosto ou nome de seu torturador.

A relação entre Estado e grupos de extermínio, hoje, se intensifica com as milícias, que não só exterminam, mas controlam territórios. Além disso, essa nova estratégia se reconstrói em um punitivismo que legitima qualquer violência contra os “inimigos da sociedade”, como

no famoso discurso de Rachel Sheherazade, em 2014, que defende a agressão e o linchamento de um jovem preso ao poste e caçoa dos “defensores dos direitos humanos” (Faria, 2014). Na perda gradual – e proposital – do monopólio da violência pelo Estado, o dever da violência contra os “inimigos” se acende de forma descentralizada. Combate-se, de dia, a tortura, e premia-se, à noite. O então deputado federal Jair Bolsonaro, que homenageou um torturador reconhecido (Régia, 2016), dois anos depois, em 2018, elegeu-se presidente do Brasil. Pede-se desculpas, de forma oficial, aos torturados quase três décadas depois, como aos “Bruxos de Guaratuba”, do interior do Paraná (Castro, 2022) – presos por confessarem um crime sob tortura –, mesmo que um deles já tenha falecido na prisão. Essa grande fratura, que conduz o corpo noturno brasileiro pelos séculos, não foi – ou é – olhada no espelho, face a face.

Cabe esclarecer que, em 2014, *O Globo* deu amplo destaque aos 50 anos do Golpe de Estado, inclusive, com um caderno especial. Nele, a jornalista Cleide Carvalho (2014) relacionava a “Tortura hoje” com reflexões que colocavam a violência de agentes públicos como uma continuidade das práticas perpetradas no período ditatorial. A matéria trazia dados e entrevistas consistentes sobre essa continuidade do uso da violência. No entanto, infelizmente, esse tipo de reflexão sobre a tortura é bastante raro quando a comparamos a outras matérias sobre violência estatal no mesmo diário.

Não por acaso, a apologia à tortura de Sheherazade aparece como “comentário polêmico” no título de *O Globo* em 2014; já na reportagem sobre os cânticos proferidos em Barbacena (MG), em 2015, o *GI* cita que são “versos de violência”, e a palavra tortura aparece somente na nota da Força Aérea Brasileira, a qual diz repudiar apologia a essa prática. Na matéria, também do *GI*, sobre os cânticos em Recife (PE), em 2022, eles são descritos como “frases de violência e ódio” e são colocados como tortura somente em um comentário das redes sociais de alguém refutando os versos. A posição das duas matérias também chama atenção: a primeira, no *GI* Zona da Mata, e a segunda, no *GI* Pernambucano, o que dá a entender um caráter regional que pouco conversaria com *as grandes questões do Brasil*, de uma pauta nacional.



### Considerações finais

Percebe-se, então, a partir do conjunto de matérias analisado neste artigo, dois movimentos-problema que perpassam a tortura em sua percepção midiática no Brasil. O primeiro, de propriamente categorizar algo como tortura: aprisionar alguém e utilizar de violência para obter informações sobre outras pessoas – como acontecia amplamente na ditadura civil-militar – é tortura, mas a tortura não se limita a isso. A tortura acontece também sem objetivo; aparece no extermínio do outro já vulnerável, quando se exerce violentamente a dominação do “inimigo”, passando tanto pelo prazer de desumanizá-lo quanto pela justificativa de uma suposta superioridade. Tortura quem pode torturar. O segundo movimento é um desvincular da tortura como algo estruturante, colocando-a como casos isolados. Isolados no tempo e no espaço. Quando se isola, não há a percepção de um problema contínuo que atravessa os séculos e a fundação do Brasil, bem como não se ligam os cânticos de Barbacena aos de Recife e à Polícia Rodoviária Federal em Sergipe.

O não tratar da tortura como problema que adentra os meandros das capitais e dos interiores do Brasil, dos diferentes passados, do presente e do que se vislumbra como futuro, é um movimento que oculta a figura de quem são os torturadores. O programa *Dossiê Globo News* com Carlos Eugênio Paz é sintomático, nenhuma pergunta encara esse tema-chave que constitui e caracteriza a ditadura civil-militar brasileira, assim como não há torturadores, pois nem Fleury nem Boilesen são colocados assim. O guerrilheiro traz o assunto ao centro do debate, enquanto o programa o trata como ferida cicatrizada, remediada, lateral e desaparecida do Brasil, o de 1964-1985 e o de 2012.

A tortura não era tensionada no “Julgamento da Revolução” em 1984, na rememoração do enfrentamento entre ditadura e luta armada em 2012, e não parece se tensionar com profundidade a tortura praticada no Brasil de hoje. Um dos caminhos para reverter esse quadro, entendemos, é justamente pensar políticas de reparação histórica efetivas, que tratem, inclusive, de remontar a tortura como esse fio que conduz o corpo noturno do Brasil.





## Referências

- AGUIAR, Priscilla. VÍDEO: alunos de curso preparatório militar repetem frases de violência e ódio; 'Matarei pela cidade, seja aleijado ou criança, menininho ou mulher'. **G1 PE**, 29 set. 2022. Disponível em: <http://glo.bo/44xQyJR>. Acesso em: 30 abr. 2024.
- BRASIL. **Constituição política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 25 mar. 1824. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm). Acesso em: 30 abr. 2024.
- BRASIL. Senado Federal. **Resolução nº 4, de 2013-CN**. Torna nula a declaração de vacância da Presidência da República efetuada pelo Presidente do Congresso Nacional durante a segunda sessão conjunta de 2 de abril de 1964. Brasília, DF, 28 nov. 2013. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/561170/publicacao/15625394>. Acesso em: 17 abr. 2024.
- BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. v. 1. Brasília, DF: CNV, dez. 2014. Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf). Acesso em: 30 abr. 2024.
- CARVALHO, Cleide. Denúncias de tortura no Brasil cresceram 129% nos últimos 3 anos". **O Globo**, 1 abr. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/denuncias-de-tortura-no-brasil-cresceram-129-nos-ultimos-3-anos-12050252>. Acesso em: 30 abr. 2024.
- CASTRO, Fernando. Caso Evandro: Governo do Paraná faz carta com pedido de perdão por 'torturas' a Beatriz Abagge. **G1**, 15 jan. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/pr/parana/noticia/2022/01/15/caso-evandro-governo-do-parana-faz-carta-com-pedido-de-perdao-por-torturas-a-condenada-por-morte-da-crianca.ghtml>. Acesso em: 30 abr. 2024.
- CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2023**. Brasília, DF: Ipea; FBSP, 2023. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2023>. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/bitstreams/015f6c59-0adf-445d-91a0-7b9bc6aef051/download>. Acesso em: 30 abr. 2024.
- FARIA, Tiago. Rachel Sheherazade, do SBT, defende grupo que amarrou homem nu em poste e provoca polêmica. **Veja São Paulo**, 5 fev. 2014. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/coluna/pop/rachel-sheherazade-do-sbt-defende-grupo-que-amarrou-homem-nu-em-poste-e-provoca-polemica>. Acesso em: 30 abr. 2024.
- FRANZONI, Sabrina.; REGINATO, Gisele Dotto. "Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro": apagamento e rememoração no discurso do jornal O Globo". **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 11, n. 1, abr. 2014. Disponível em:



<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/download/1984-6924.2014v11n1p66/28251>. Acesso em: 30 abr. 2024.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

JÁCOME, Phellipy Pereira. Escravidão e abolicionismo na imprensa mineira do século XIX. **Contemporânea**, Salvador, v. 19, n. 03, p. 119-134, set./dez. 2021.

LARA, Silvia Hunold; SILVA, Nauber Gavvski da. Labor Relations and Slavery in Contemporary Brazil: A New Digital Collection. **International Labor and Working-Class History**, v. 97, p. 190-196, 2020.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella**: o guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MANSO, Bruno Paes. **A república das milícias**: dos esquadrões da morte à Era Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2020.

MARTINS, Franklin. Prefácio. In: PAZ, Carlos Eugênio. **Viagem à luta armada**: memórias romanceadas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 9-14.

MBEMBE, Achille. **Políticas de inimizade**. Lisboa, Antígona, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NOVITSKI, Joseph. Rebels in Brazil, Shifting attacks to cities, denounce Costa on seized Radio. **New York Times**, Nova York, p. 2, 16. ago. 1969. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1969/08/16/archives/rebels-in-brazil-shifting-attacks-to-cities-denounce-costa-on.html>. Acesso em: 30 abr. 2024.

O GLOBO. Lacerda demite policiais que espancaram comunistas. Rio de Janeiro, ano 39, n. 11568, p. 1, 18 fev. 1964.

O GLOBO. Empossado Mazzilli na Presidência. Rio de Janeiro, ano 39, n. 11625, p. 1, 2 abr. 1964b. Disponível em: [https://duyt0k3aayxim.cloudfront.net/PDFs\\_XMLs\\_paginas/o\\_globo/1964/04/02/01-primeira\\_secao/ge020464001PRM1-1234\\_g.jpg](https://duyt0k3aayxim.cloudfront.net/PDFs_XMLs_paginas/o_globo/1964/04/02/01-primeira_secao/ge020464001PRM1-1234_g.jpg). Acesso em: 11 jun. 2024.

O GLOBO. Ressurge a democracia! Rio de Janeiro, ano 39, n. 11625, p. 1, 2 abr. 1964a. Editorial. Disponível em:

[https://duyt0k3aayxim.cloudfront.net/PDFs\\_XMLs\\_paginas/o\\_globo/1964/04/02/01-primeira\\_secao/ge020464001PRM1-1234\\_g.jpg](https://duyt0k3aayxim.cloudfront.net/PDFs_XMLs_paginas/o_globo/1964/04/02/01-primeira_secao/ge020464001PRM1-1234_g.jpg). Acesso em: 11 jun. 2024.

O GLOBO. Julgamento da revolução. p. 1, 7 out. 1984. Editorial.

O GLOBO. **Memória**. Apoio ao golpe de 64 foi um erro. 2013. Disponível em: <https://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/apoio-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-12695226>. Acesso em: 1º maio 2024.

O GLOBO. SBT: Comentário polêmico de Rachel Sheherazade é de responsabilidade dela. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 fev. 2014. Disponível em: <http://glo.bo/3o0co87>. Acesso em: 30 abr. 2024.

OLIVEIRA, Nathália Pereira de. **Policiais violados, policiais violentos: uma análise da formação policial**. 2016. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tesdeserver/api/core/bitstreams/925084c3-ff2e-4b61-b56a-047213b9e1c0/content>. Acesso em: 30 abr. 2024.

OLIVEIRA, Roberta. Vídeo mostra alunos de Escola de Cadetes cantando versos de violência. **G1 Zona da Mata MG**, 10 abr. 2015. Disponível em: <http://glo.bo/3VNFnZD>. Acesso em: 30 abr. 2024.

PAZ, Carlos Eugênio. Ex-guerrilheiro da luta armada confessa participação na morte de um companheiro. [Entrevista cedida a] Geneton Moraes Neto. **Dossiê Globo News**. Reportagem e edição de Geneton Moraes Neto. Globoplay. 2012. 1 vídeo (51 min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2020170/>. Acesso em: 13 maio 2023.

RÉGIA, Mara. Bolsonaro dedicou seu voto a favor do impeachment ao torturador Ustra. **Viva Maria**. EBC. 18 abr. 2016. Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/viva-maria/edicao/2016-04/bolsonaro-dedicou-seu-voto-favor-do-impeachment-ao-torturador-ustra>. Acesso em: 30 abr. 2024.

SILVA, João Batista da. **A violência policial militar e o contexto da formação profissional: um estudo sobre a relação entre violência e educação no espaço da Polícia Militar do Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/13568/1/Viol%c3%aanciaPolicialMilitar\\_Silva\\_2009.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/13568/1/Viol%c3%aanciaPolicialMilitar_Silva_2009.pdf). Acesso em: 30 abr. 2024.

SOUZA, Rafael. Homem negro é torturado em supermercado após suspeita de furto no Maranhão. **UOL**, 28 dez. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas->



noticias/2021/12/28/homem-negro-e-torturado-em-supermercado-apos-suspeita-de-furto-no-maranhao.html. Acesso em: 30 abr. 2024.

VIEIRA, Júlia; ALECRIM, Giulia. Morte de Genivaldo foi causada por asfixia mecânica e inflamação de vias aéreas. **CNN Brasil**, 2 set. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/morte-de-genivaldo-foi-causada-por-asfixia-mecanica-e-inflamacao-de-vias-aereas/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

Submetido em: 06.05.2024

Aprovado em: 04.07.2024

